

O MEDO ENQUANTO EMOÇÃO SOCIAL: CONTRIBUTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES

Fernando Nogueira Dias

Resumo: o medo social advém de relações de poder desequilibradas em qualquer dos campos da acção humana, havendo actores que nos sistemas sociais mais dele beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. Esta emoção é por isso proveniente das estruturas de relações sociais, e não de um objecto de contornos delimitados com o qual os indivíduos se defrontam. O medo social reflecte os estados de insegurança dos indivíduos que se deixaram apanhar pelas suas malhas, ainda que de formas invisíveis se trate. Sendo uma emoção difusa, o medo social assemelha-se aos sentimentos de ansiedade e de angústia, mas distingue-se deles pela sua génese e pelo seu objecto. O medo social converte-se em cada sujeito numa espécie de medo existencial, mas não se reduz à experiência individual do ser humano. Esta emoção pode ser percebida no quadro das interacções sociais, no âmbito das quais tem a sua origem, sendo que a mesma transforma por sua vez as próprias relações sociais.

Palavras-chave: insegurança ontológica, medo social, medo existencial, emoção social.

Abstract: social fear derives from unbalanced power relations in any of the fields of human action. This means that there are subjects in the social systems which some people can take advantages from it, as there are others who are simply dominated by it. Therefore, social fear emerges from the structures of social relations, and not from a clearly defined object which individuals are confronted by. Social fear reflects the state of insecurity of the individuals who are caught up in its web, in an invisible way though. Being a diffused emotion, social fear is close to the feelings of anxiety and anguish, but it differs from those by its genesis and by its object. Inside every individual social fear turns into a kind of existential fear, although it cannot be reduced to the singular experience of the human being. Social fear can be perceived only in the realm of social interactions, once it is also originated by them and it soon imposes its transformative power over social relations in itself.

Key words: ontological insecurity, social fear, existential fear, social emotion.

Resumee: La peur est issu des relations de pouvoir peut équilibrées dans toutes les champs de l'action humaine, il a des acteurs que en profitent assez dans les systèmes sociaux, et d'autres évidemment qui ne sans sort pas, c'est-à-dire qui se laisse dominer. Cette émotion relève des structures de relations sociales, et pas nécessairement d'un objet de contours délimités avec les quelles les individus sont mis en face. La peur sociale fait preuve des états d'insécurité qui se laisse atrapée par ses pièges, même si des aspects floues et invisibles sont concernées. Si on la considère une émotion peut cernée, la peur sociale est ressemblable aux sentiments d'angoisse, de stress, mais s'éloigne de ses aspects par sa genèse et par son objet. La peur sociale est converti en chaque individu dans un sentiment de peur existentielle, même si celle-ci, n'est pas réduite à l'expérience vécue par l'être humain. Cette émotion est aperçue dans un cadre des interactions sociaux, du elle émerge, et par conséquence elle transforme les individus vis-à-vis de se relations mal vécues.

Mots Clés: insécurité ontologique, peur sociale, peur existentielle, emotion sociale

* Doutor em Sociologia, é Professor do Instituto Piaget e Professor Convidado da Universidade de Santiago de Compostela. É também psicoterapeuta e investigador do Instituto Piaget e do CESNOVA - Unidade de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa.

Introdução

A vida moderna, e sobretudo aquela que decorre dos grandes centros urbanos, reflecte frequentemente um semblante de tristeza e apatia que um observador atento não pode deixar de registar. A desmotivação e o desinteresse afloram na pele dos corpos vergados pelo peso de uma angústia existencial que os muitos anos de dificuldades e sacrifícios se encarregaram de domesticar.

O peso de uma herança política que marcou os portugueses com meio século de opressão e coerção nos diferentes campos da vida, como o desenvolvimento do corpo e da mente, ao nível da expressividade política, artística, cultural, estética e religiosa, deixou na genética social deformações de profundo constrangimento nacional. Por sua vez, o peso de uma religiosidade monopolista dos corpos, das mentes e dos corações, plasmada num regime político onde se tornava difícil distinguir as verdadeiras fronteiras de um e de outro lado, trouxe ao *pool* genético social português uma estranha fatalidade quanto ao seu futuro na terra e no céu.

Apesar desta faceta da vida nacional se ter formalmente esvaído, por força dos acontecimentos político-militares decorrentes do período histórico de 25 de Abril de 1974 em Portugal, muitos factores condicionantes do Anterior Regime continuam a empalidecer o rosto e o espírito de não poucos cidadãos. Os tempos são outros, é certo, mas a enfermidade é a mesma, agora a coberto do regime democrático e da voracidade dos novos protagonistas e das novas elites, cuja ética na política e nas organizações de trabalho remete a maior parte dos agentes e actores do passado regime para o campo da aprendizagem artesanal.

A visão descolorida do actual cenário português, pela falta de perspectivas quanto ao futuro, pelos problemas cada vez mais agravados do poder de compra, de habitação, das lacunas graves no sistema educativo e no sistema de saúde, da chaga do desemprego, e de muitos outros problemas que afectam directa ou indirectamente a vida das pessoas, contribui decisivamente para a criação e desenvolvimento de um sentimento generalizado de desesperança e de insegurança que se torna difícil de definir. A este sentimento difuso, nem sempre fácil de determinar, mas continuamente presente de forma latente nas nossas vidas, podemos designá-lo de emoção social, concretamente, medo social.

Este medo rouba-nos a disponibilidade de nos relacionarmos connosco mesmos, de nos pensarmos como seres humanos, com as nossas virtudes e defeitos, de reflectirmos sobre os nossos valores, o nosso passado, o presente e o futuro. Acima de tudo, o medo social impede a aceitação de nós mesmos, subtraindo-nos a vontade de nos vermos tal como somos, e não como os outros desejam que sejamos.

O medo social afasta-nos do desejo e do tempo para, de forma sã e equilibrada, nos relacionarmos com os outros e de com eles termos prazer em estar, aceitando nós as suas diferenças,

sem que isso implique perder o que quer que seja. O medo social faz-nos ver em cada desconhecido, e às vezes também nos conhecidos, um potencial inimigo a evitar ou a abater.

Este tipo de medo rouba-nos o desejo de estar em novos espaços e a vontade de fazermos incursões no ambiente desconhecido, como se a nossa concha habitual nos protegesse de todas as inseguranças que nos ameaçam - perdemos o desejo de nos expor ao contacto com a natureza.

O medo social atrofia a nossa auto-confiança, a vontade de aplicarmos as nossas competências no auto-aperfeiçoamento e em benefício daquilo que fazemos, para além de parasitar, não raras as vezes, os processos de produção. Esta emoção distorce as nossas percepções, entrava os processos criativos e bloqueia o desenvolvimento do sistema de afectos – numa palavra: o desenvolvimento humano (*cf.* Dias, 2004).

Vivemos escravizados pelo jugo de um medo ou de um receio difuso que paralisa ou dificulta o desenrolar de movimentos e de acções humanas e culturais, necessários à novidade, à inovação e ao risco - factores fundamentais à estética, à moral, à ética, à técnica, à ciência e à felicidade e bem-estar dos homens.

Onde reside, então, a génese de tal mistério? Na estrutura de relações, ou seja, nos sistemas sociais onde os indivíduos se encontram em cada momento do percurso da sua vida. Não é por isso um problema de ordem estritamente individual, como se genética ou espiritualmente o português tivesse à partida o rumo definido no caminho da desgraça. Trata-se, como vimos, da relação que os indivíduos têm uns com os outros, e é precisamente nesse contexto que surge o medo social.

Podemos dizer que, enquanto objecto de estudo, o medo social se enquadra na sociologia das emoções. Todavia, esta circunscrição não traduz qualquer pretensão de a isolar das outras áreas disciplinares da sociologia. Bem pelo contrário, objectiva-se reforçar a identidade da sociologia das emoções mediante relações de troca com outros ramos da sociologia e outras áreas do saber.

O medo social é produto de relações de poder desequilibradas, em qualquer dos campos da acção humana, havendo actores que dele mais beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. E a prevalência desta emoção nas estruturas de relações sociais faz-se pela manutenção de uma ordem, cujos vigilantes procuram assegurar a máxima eficiência da sua actuação, podendo estes revestir as mais diversas expressões, formais e informais, para garantirem a sua eficácia no tecido social.

Neste sentido, o medo social emana de diferentes fontes, e não é produto de uma espontaneidade ingénua. Ele resulta de uma intencionalidade, que se pode caracterizar por uma maior ou menor intensidade junto daqueles que constituem o alvo preferido de quem da sua insegurança pode beneficiar. Esta emoção reflecte estados de insegurança que radicam naquilo que de mais profundo existe no ser humano, e quem mais dela fizer uso maior possibilidade terá de controlar a acção dos outros.

Pressupostos do medo

A abordagem clássica do medo caracteriza-o como uma reacção a algo, uma resposta do organismo a um objecto de contornos definidos. O medo nesta acepção é paralisante, pelo que subtrai ao actor social a capacidade para agir. Também a ansiedade, apesar de não ter um objecto específico e ser uma emoção difusa, tende a paralisar, ou pelo menos a perturbar, o sujeito na relação que ele tem com o meio envolvente.

A análise que aqui se pretende fazer do medo é seguramente de outra ordem. Ela não põe em causa os pressupostos da abordagem individual, ao nível da psicologia ou mesmo da psicopatologia: visa a acção humana, concretamente no que ela tem de comportamento social; por isso o designamos de medo social. Assim sendo, o medo social assenta em pressupostos e em raciocínios de natureza sociológica. E, embora por vezes façamos recurso a conceitos ou raciocínios do foro psicológico e filosófico, pretende-se, ao aprofundar o conceito de medo social, convocar a sociologia para nele vermos algo mais que o indivíduo na sua dimensão orgânica e psíquica.

O medo que aqui tratamos é, com efeito, uma emoção, que pode ou não ter, e a maior parte das vezes não tem, um objecto específico e determinado. Imagine-se que uma família, mais ou menos numerosa, tem medo de que os seus filhos possam ser assaltados no percurso para a escola. Trata-se, neste caso, de um medo difuso num colectivo de indivíduos, mas que tem um objecto bem específico e concreto, pois sabe-se que, num determinado lugar, determinado tipo de indivíduos podem exercer sobre os alunos de uma zona escolar actos criminosos, assaltos e violência física. Estamos perante um objecto determinado, com uma dimensão social, no que se refere ao número de sujeitos invadidos pelo medo. Imagine-se agora que esta mesma família tem medo não de um objecto identificado e com contornos definidos, mas de algo que os seus membros individualmente e em conjunto não conseguem definir: a emoção de que «o mundo está cada vez pior... e não se sabe onde isto vai parar...». Neste caso, estamos perante um objecto indeterminado do medo, com origem e características sociais difusas, e também com uma dimensão social no que se refere aos sujeitos do medo. Nesta situação, o medo é duplamente social: sujeitos e objecto do medo.

Feita esta introdução, encontramos-nos assim não perante uma relação causal linear ou uma relação de causa-efeito, em que alguém reage fisiologicamente a algo, mas perante uma emoção de cariz eminentemente social, cujos contornos se poderiam definir da seguinte forma: emoção difusa, não só no próprio indivíduo como no tecido social, e por isso comum a um conjunto mais ou menos vasto de sujeitos; emoção circunscrita a determinados contextos socioculturais; emoção atemporal, no sentido em que, independentemente das causas, do passado ou do futuro, é experienciada pelos indivíduos no presente, e por isso é um presente alargado; emoção de intensidade variável, mas pre-

sente num estado latente; emoção sentida no decurso temporal com regularidade. Por isso, o medo social não se reporta ao medo ou aos medos específicos individualmente sentidos e sem regularidade. Diz respeito ao que o sujeito difusamente sente, com uma regularidade temporal, semelhante ao que outros que fazem parte do mesmo sistema relacional ou social também experimentam.

Contexto social e medo difuso

O medo social «está em toda a parte» e entranha-se no mais profundo do nosso ser, assim pensa o filósofo português José Gil (2004: 77): «O medo entranhado, o medo incorporado, o medo sem objecto (contrariamente à definição de Freud, que lhe dá um objecto, diferentemente da angústia) e, no entanto, ubíquo, companheiro de todos os instantes, doença que se agarra à pele do espírito e por isso não se vê, podendo-se mesmo não sentir como se em nós não estivesse inscrito».

À semelhança da definição de ansiedade analisada em Anthony Guiddens, refere Gil que «O medo herda-se. Porque interiorizado, mais inconsciente do que consciente, acaba por fazer parte do ‘carácter dos portugueses’ (ditos ‘tristes, taciturnos, acabrunhados’), integra-se no ‘impensado genealógico’... que passa de pais para filhos, de geração em geração» (*Ib.*: 78). De facto, não raras as vezes, as pessoas falam dos receios e dos medos que as afligem, das preocupações que as cercam, mas dificilmente do medo que sentem, do medo existencial, que é profundo e que frequentemente, sem darmos por isso, o transmitimos a quem mais de perto lida connosco. É o que nos diz também José Gil: «As pessoas não se sabem inteiramente com medo, ainda que sintam muitas vezes ‘medos’. Aliás fala-se livremente nos ‘medos’ (das crianças, e também dos adultos), mas raramente no *medo* com que se vive» (*Id.*).

A actual sociedade de controlo pela vigilância sobre os cidadãos conseguiu introduzir nas mentes e nos fundamentos do próprio tecido social o medo de andarmos *fora da linha*. Os dispositivos de controlo, travestidos de mecanismos de «segurança» que imperam por toda a parte, vão paulatinamente esculpindo em nós o medo de não andarmos conforme as *regras sociais*. «O medo é uma estratégia para nada inscrever. Constitui-se, antes de mais, como *medo de inscrever*, quer dizer, de existir, de afrontar as forças do mundo desencadeando as suas próprias forças de vida. Medo de agir, de tomar decisões diferentes da norma vigente, medo de amar, de criar, de viver. Medo de arriscar. A prudência é a lei do bom senso português», aponta o filósofo (*Ib.*: 78-79).

Qual é então o percurso, a direcção e o sentido deste medo social? Como nos diz Gil (*Ib.*: 79), no Estado democrático o medo navega por ondas de horizontalidade, ao contrário do medo nos Estados autoritários, que «...segue a via piramidal, do cume para a base». A horizontalidade do medo social está em sintonia com o seu carácter difuso e extensivo, ao contrário da visão piramidal,

que converge o medo para os objectos que se apresentam de forma identificável, até ao cume da pirâmide.

Com mais ou menos consciência, com maior ou menor intenção, o medo difuso no tecido social é o ingrediente indispensável à apropriação das mentes e dos corpos daqueles que, entretanto, se tornaram susceptíveis de serem moldados por quem domina a máquina do poder. Poder que não tem necessariamente que ser o estatal. Há muitos poderes a quem o homem serve ou presta contas, e são esses diferentes poderes que não se inibirão de lançar mão dele para *dobrar* a seu belo prazer os que de si dependem (Dias, 2005). Também Gil (*Ib.*: 84) a este propósito nos dá a sua visão: «Enquanto dispositivo mutilador do desejo, o medo predispõe à obediência. Amolece os corpos, sorve-lhes a energia, cria um vazio nos espíritos que só as tarefas, deveres, obrigações da submissão são supostos preencher. O medo prepara impecavelmente o terreno para a lei repressiva se exercer».

Sabemos bem como as religiões ao longo dos tempos manipularam e orientaram os medos populares para, de forma artilosa, consolidar os seus interesses (Newman, 2004). O medo ou os medos tomaram conta das populações e corromperam várias áreas da vida. Ainda hoje, o medo é alimentado pelas elites urbanas e políticas para assegurarem os seus objectivos e privilégios relativamente a uma larga camada de população que vive nos limiares da pobreza, atirada para as zonas marginais da vida social.

O medo generalizado continua, muito à semelhança do terror lançado sobre as populações em tempos passados (Sinclair, 2005), a produzir os seus efeitos nos novos movimentos religiosos, nas seitas e nos grupos isotéricos, nas empresas e nas organizações de trabalho. A fragilidade e a vulnerabilidade que o medo consegue obter a partir do mais íntimo do ser humano torna-se muito mais letal do que a violência física de quem pretende à força impor os seus pontos de vista ou interesses particulares.

Sentir que os indivíduos que cometem grandes crimes são postos em liberdade definitiva ou condicional, só porque têm muito dinheiro ou são figuras de relevância social, não pode deixar de gerar medo, medo difuso pela insegurança de nos sentirmos pobres e por isso não termos possibilidade de escapar às malhas da máquina da justiça, tal como aqueles. Mas o medo generalizado também se sente quando se vê que aqueles que são acusados de terem praticado determinados crimes acabam por ameaçar as próprias vítimas de as processar judicialmente, porque os processos técnicos da justiça os ilibou ou porque estão em vias disso.

E que dizer do medo generalizadamente sentido por se ser *outro*. Outro pelas suas opções ideológicas, outro por confessar ideais religiosos diferentes, outro por se ter uma cor de pele não coincidente com a da maioria, outro por se ter formas de ser, de estar, de sentir e de agir diferentes? São estes e outros aspectos que nos proporcionam o entendimento daquilo designamos medo social. A representação do *outro* e de todos os *outros*, a quem se que atribui o mal de todas as coisas, a

crudelidade, a violência e o fracasso, não pode deixar de induzir uma visão distorcida do homem e da sociedade (*cf.* Dias, 2005).

A perspectiva torna-se neste contexto dicotómica e maniqueísta: bons e maus em lados opostos. Como consequência desta parcialidade perceptiva, exerce-se o medo e a violência sobre os *outros*, para que se possa assegurar a ordem social. Para tal, delega-se no Estado o monopólio da violência, para melhor a controlar e limpar o mal e os *maus*, que são naturalmente os *outros*. Assim sendo, por que não justificar a própria violência por vezes exercida pela máquina estatal sobre determinados cidadãos?

Um aspecto que nesta senda nos pode assustar é a cultura de delegação e de desresponsabilização do nosso próprio poder nos outros ou em entidades abstractas. O monopólio da violência está ao serviço de quem, dos interesses gerais do Estado ou dos interesses de alguns segmentos populacionais? Este aspecto não pode deixar de constituir um clima de medo social que, não raras as vezes, paira nas populações, ao verem forças policiais exercer violência sobre cidadãos a mando de uma empresa, de uma multinacional ou de uma entidade oficial contra uma manifestação pacífica de operários ou de estudantes, às vezes não se sabe bem por ordem de quem, para por *ordem nas coisas*.

A intolerância reinante por parte dos diferentes poderes, públicos e privados, que ao menor acto de discordância ou de agitação reagem violentamente sobre os cidadãos, cria no tecido social uma crispação endémica, que não pode deixar de reflectir, mas também de provocar medo. Medo social porque, mais uma vez, se trata de uma emoção que tanto afecta quem exerce a violência como quem é vítima da mesma.

O medo como emoção social

Vários foram os sociólogos e os pensadores, sobretudo nos séculos XIX e XX, que, no âmbito da Teoria Social, analisaram e fizeram propostas relativas ao medo enquanto emoção social. Entre outros (*cf.* Barbalet, 2001: 22), as emoções mereceram a atenção de: Adam Smith, Alexis de Tocqueville, Charles Cooley, Charles Darwin, Emile Durkheim, Erving Goffman, Ferdinand Tönnies, Georg Simmel, Gustave Le Bon, Kemper, Keynes, Max Weber, Talcott Parsons, Vilfredo Pareto, William James, etc. Todavia, segundo Thomas J. Scheff (2005), as pesquisas na área das emoções evidenciaram-se na sociologia a partir dos estudos específicos sobre a vergonha, empreendidos por Norbert Elias, com *The Civilizing Process*, por Richard Sennet, com *The Hidden Injuries of Class* e por Helen Lynd, com *The Search for Identity*.

Anteriormente aos trabalhos destes autores, as investigações sobre as emoções eram de certa forma abstractas e sem grande significado sociológico, afirma Scheff, pese embora as contribuições

de Durkheim com o conceito de «emoção social», de Herbert Mead com o de «emoção» na psicologia social, e também o de «emoção» utilizado por Talcott Parsons, na sua *Teoria Geral da Acção*.

Antes de desenvolvermos a ideia de medo social, na perspectiva sociológica, lancemos um olhar sobre o conceito de emoção, e para isso vamos seguir de perto o pensamento do sociólogo Barbalet (*op. cit.*: 22). Na acepção deste autor, a emoção é um fenómeno social, visto ser a sua natureza também de ordem social. Todavia, segundo os diferentes estudos efectuados sobre esta matéria, a emoção apresenta padrões diferentes, de acordo com a sociedade em questão.

A emergência da sociologia no campo das emoções reside no facto de que a emoção se encontra na base do comportamento social. Considerando que o medo social é uma emoção que diz respeito a um leque mais vasto de emoções, a sua análise sociológica pode com eficácia e legitimidade explicar os fundamentos da dimensão social do comportamento humano. Há nesta matéria três aspectos no que se refere à relação da emoção com os comportamentos sociais: a emoção como causa, como expressão e como efeito. Não vamos aqui dissertar sobre a posição teórica a tomar quanto à emoção, se causa ou efeito dos comportamentos. Parece-nos serem as duas posições aceitáveis, dependendo a nossa opção do ponto de vista da análise que se pretende adoptar.

Continuando a seguir o raciocínio de Barbalet (*op. cit.*: 24-25), é-nos por agora suficiente dizer que as emoções estão na base quer dos hábitos, quer dos comportamentos racionais, o que significa afirmar de novo que a emoção constitui a base da acção social. Os comportamentos sustentados no hábito decorrem de uma base emocional. Por seu lado, a emoção é igualmente facilitadora da acção social e das interacções de ordem racional.

A emoção como catalisadora das interacções humanas

O sociólogo americano Jonathan H. Turner (2003: 51-54) apresenta-nos a emoção como algo tão enraizado filogeneticamente que a evolução do homem naquilo que ele tem de gregário é um legado dos nossos antepassados primatas. Como indicadores desta função activadora dos processos de interacção humana, o autor associa a linguagem corporal às emoções, afirmando mesmo que esta é muito mais importante nos processos de solidariedade social do que a própria linguagem verbal.

Também a visão a cores e binocular é associada à capacidade de o ser humano para controlar o processo interaccional, quer ao nível das emoções que expressa, quer ao nível dos diferentes sinais não-verbais que as emoções transmitem. Tanto a linguagem (verbal e não-verbal) como a cultura permitiram o desenvolvimento emocional do ser humano e a capacidade de estruturar relações sociais, apesar de que, na perspectiva de Turner, as mesmas não tenham substituído «...os nos-

nossos impulsos comportamentais básicos de símios relativamente a uma autonomia individual». É interessante verificar a ênfase que o autor põe na dimensão corporal como forma de aglutinação dos indivíduos. Esta dimensão e competência humanas, designada como comunicação não-verbal, torna-se a responsável pela solidariedade humana. De facto, é uma visão diferente daquela a que estamos habituados: encarar o papel da não-verbalidade na predisposição para a construção dos laços de sociabilidade e de coesão social, pois o que subjaz à estrutura de relações sociais são as emoções.

Se os autores clássicos da sociologia nos *conduzem* à ideia de que a dimensão emocional está mais associada às relações primárias e às formas de convivência a elas associadas, por oposição às relações secundárias, e por isso mais *distantes*, haveremos de aceitar que, de acordo com as pesquisas actuais no campo das emoções, as coisas podem ter uma perspectiva algo diferente. Com efeito, quer os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica em Durkheim, quer os de comunidade e sociedade em Ferdinand Tönnies, ou ainda os conceitos orgânicos e evolutivos de simplicidade e heterogeneidade estrutural e funcional em Herbert Spencer, podem não ser absolutamente separados pela tipologia de relações que classicamente os caracteriza, mas ligados entre si pela ideia de emoção. Ou seja, os indivíduos tanto podem ter laços de proximidade como de afastamento nas suas relações mediante a emoção, pois é esta que lhes serve de base para agirem em cada um dos sentidos. De facto, tanto as interacções face-a-face das relações primárias ou comunitárias, como as interacções das relações mais institucionais pressupõem sempre uma *vontade*: a de os homens estabelecerem laços de solidariedade próximos ou relações sociais mais afastadas, e isto é sempre operado com base numa emoção.

A importância dos factores não verbais, como a emoção, nomeadamente nas teorias e modelos de comunicação humana, tem sido salientada pelas diferentes escolas e autores, numas circunstâncias como forma de comunicação por excelência, e noutras como modalidades complementares da comunicação verbal (Dias, 2001). Bastará a este propósito lembrar que um dos modelos mais em voga nos meios académicos e nos de formação profissional é o da chamada *Pragmática da Comunicação Humana*, proposto pelo filósofo e psicoterapeuta americano Paul Watzlawick e outros (1993).

Dois dos axiomas deste modelo dão ênfase à dimensão emocional como uma das formas de comunicação humana. Um deles afirma que o homem comunica *digitalmente e analógicamente*. O outro diz-nos que na interacção humana os sujeitos têm sempre a possibilidade de transmitirem duas mensagens, de comunicar por dois registos diferentes: o *conteúdo* e a *relação*. O primeiro axioma significa que num sistema interaccional os indivíduos, para além da informação que transmitem ao nível verbal (digital) têm a possibilidade de fazer acompanhar a sua mensagem de uma outra mensagem não-verbal (analógica), sendo que esta pode ou não confirmar a primeira. Por sua vez, quer a

mensagem analógica diga respeito ao movimento do corpo, quer se refira à forma como este se movimenta no espaço, ou ainda aos fenómenos paralinguísticos da sua expressão, a verdade é que nos encontramos sempre no campo da emoção: e a emoção é captada como mensagem. O segundo axioma expressa que, num sistema interaccional, os indivíduos transmitem sempre e em simultâneo duas mensagens. Ou seja, uma é aquilo que se diz, que se transmite (o conteúdo, ou a informação); a outra é a forma como o conteúdo deve ser entendido, interpretado (a relação). Por conseguinte, vemo-nos perante duas lógicas distintas mas complementares: a informacional e a afectiva ou emocional. Neste processo, a lógica afectiva dá o sentido e o *colorido* que falta ao conteúdo da mensagem.

Nos microssistemas sociais a dimensão emocional da estrutura de relações talvez se apresente mais nítida pela proximidade física dos indivíduos. A verdade porém é que mesmo nos sistemas sociais mais vastos, onde as relações são mais atomizadas e a vida mais institucionalizada, a dimensão emocional continua a exercer uma *força subterrânea* que impele os homens à acção para fazerem coisas em comum, como empresas, organizações de trabalho e de cultura, Estados, partidos, instituições, ou guerras, etc.

Segundo Turner (*op cit.*: 59 e 77), os seres humanos são «...os animais mais emotivos do planeta», sendo que, as emoções no percurso histórico serviram para transpor o individualismo e os fracos laços de sociabilidade. Nesta perspectiva, foram as emoções que possibilitaram aos homens construir não só os laços como as estruturas sociais, permitindo desta forma o desenvolvimento social, cultural e civilizacional.

O medo e as estruturas sociais

Apoiando-nos em Barbalet (*op. cit.*: 46-49), diremos que, apesar do importante papel da cultura nas emoções, são as estruturas sociais que se encontram na base das experiências emocionais. E serão as emoções, que resultam das experiências específicas, que marcam o rumo da acção dos actores sociais. Naturalmente que a cultura tem um lugar fundamental na forma como os actores desempenham as particularidades da sua acção, mas não lhe está reservado o papel principal no «carácter geral da resposta de um actor às circunstâncias».

Sem dúvida que, tanto os aspectos particulares das emoções, como os contextos temporais das experiências emocionais e o modo como se conceptualizam as emoções, são mediados pela cultura. Mas isso não nos pode levar a considerar categoricamente que por esse motivo as emoções são um simples aspecto da cultura, um seu derivado. A emoção estabelece uma ponte fundamental entre a estrutura social e a acção do actor. Todavia, ao contrário da concepção de uma relação meramente

mecânica entre estas duas partes, de um modo geral, as emoções, em vez de impelirem deterministicamente o comportamento, *predispõem* o actor para a acção.

As emoções necessitam, pois, de ser compreendidas no seio das relações estruturais de poder e de *status* que as desencadeiam, o que torna a emoção muito mais socioestrutural do que propriamente cultural. É por isso que Barbalet (*Ib.*: 91-101) não deixa de enfatizar que a emoção não pode restringir-se à dimensão pessoal e individual do ser humano. A emoção não é prisioneira da «interioridade do indivíduo», enfatiza o autor; ela é não só social, como também política e moral.

A análise da emoção é, assim, tão importante nos processos micro como nos macrosociais e, relativamente aos segundos, o autor relaciona-os com o conceito de classe, para nos mostrar que a emoção, mais do que obedecer a desígnios de pessoalidade e interioridade humana, é algo que está essencialmente preso aos processos sociais, nomeadamente à estrutura de relações. De uma forma mais abrangente, diremos que a emoção exerce acção sobre a formação de classes e, simultaneamente, sobre a acção de classe, o que explica que a emoção não pode efectivamente reduzir-se ao plano individual.

Pese embora a acção social resultar em parte da racionalidade dos actores, a emoção continua a ser básica e fundamental para a compreensão e explicação dos processos sociais, tanto no que eles têm de formação e reforço do sentido de identidade, como no sentimento de filiação. Mas não só: a emoção é o fundamento da acção social e responsável em última instância pela direcção que assume a acção de cada indivíduo.

A acção humana torna-se assim possível graças ao papel da emoção no estabelecimento da ligação dos sujeitos às condições e oportunidades que a vida lhes oferece. Com efeito, os recursos disponíveis, o conhecimento e o significado das coisas na relação que têm com a estrutura social, com os processos de cognição e com a cultura por si só não constituem as bases da acção humana e social; é necessário que a emoção estabeleça a ponte entre todos estes aspectos. Por conseguinte, de acordo com Barbalet, podemos enunciar o princípio de que «a emoção é precisamente a experiência da prontidão para a acção» (*Ib.*: 102-103).

Relembrando a ideia de classe, o que Barbalet nos pretende fazer ver é que a estrutura de relações à qual o indivíduo pertence delimita as emoções que cada membro experimenta. Sem que se afirme haver uma relação directa e simples, o contexto emocional dos membros de uma determinada classe é explicado pelos padrões de relacionamento aí predominantes, o que por sua vez conduz a uma predisposição de determinados colectivos para certos tipos de acção social.

Medo e confiança básica

Onde nos leva toda esta análise para compreendermos o que designamos de medo social? Talvez possamos recorrer ao conceito de confiança para, por oposição, melhor entendermos o medo social. De acordo com Simmel (*cit.* por Barbalet, 2001: 124-127), a confiança é «uma das forças sintéticas mais importantes dentro da sociedade». A confiança é a base da acção humana. Sem confiança relativamente ao futuro a vida e a relação entre as pessoas seria impossível (*cf.* Erik Erikson *in* Dias, 2002: 19)¹. Neste sentido, a confiança é uma emoção. Se a confiança é fundamental para a acção, a confiança relativamente ao outro assenta substancialmente numa espécie de crença.

De facto, a confiança no outro assemelha-se ao acto de fé, no sentido de que se demonstra crença. Como é de ver, a confiança assenta em poucas ou nenhuma demonstrações de provas, tal como o acto de fé². E isto porque a confiança se reporta ao futuro, que é desconhecido. Por essa razão não há provas disponíveis. Assim sendo, aos indivíduos não lhes resta outra alternativa que não seja a de confiarem nos outros, o que representa claramente uma dimensão emocional do comportamento social.

Este raciocínio é materializado na vida quotidiana, quando confiamos que o barbeiro não nos aplicará um golpe fatal no pescoço, ou num restaurante confiamos que o cozinheiro não nos vai propositadamente envenenar. Confiamos nos «sistemas periciais», para usar uma bem conhecida expressão de Anthony Guiddens³. Por aqui, podemos ver como o conceito de confiança é fundamental nos sistemas interaccionais. Se a estrutura de relações sociais se esvazia das rotinas e dos pressupostos de confiança, que geram as condições para a segurança ontológica dos indivíduos, será bom de ver que a germinação do medo social se transforma num estado emocional decorrente desta insegurança existencial.

Há muito que Charles Darwin (*cit.* por Barbalet, 2001: 128-131), um dos primeiros a teorizar sobre as emoções, nos apresentou a confiança como inverso de outras emoções, tais como: «desânimo, ansiedade, pesar, desalento e desespero», as quais o autor associa à inactividade. Os indivíduos que experimentam estas emoções «já não desejam a acção, mas permanecem imóveis e passíveis». Estas emoções conduzem os sujeitos à incerteza, a qual, por sua vez, «mutila a inclinação para a acção». Estas emoções direccionam também os indivíduos ao isolamento dos outros. Tal facto acaba por condicionar as oportunidades de vida dos indivíduos e os recursos para a sua acção.

Pelo contrário, pode afirmar-se que a confiança é uma emoção que se caracteriza pela expectativa e pelo encorajamento positivo para a acção. A confiança é também, de acordo com Darwin, o

¹ Como vimos, Anthony Guiddens, repagando o conceito de «confiança básica» de Erik Erikson, opõe-o à ansiedade e ao medo. A «confiança básica» conduz à «segurança ontológica», refere este sociólogo.

² De acordo com os textos bíblicos, a fé é definida como «...a certeza das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se vêem», Livro de Hebreus, 11:1.

³ Este sociólogo desenvolve nas suas diferentes obras o conceito de «sistemas periciais» como uma das características da «modernidade tardia».

oposto da vergonha, bem como da timidez e da modéstia. Por seu lado, a confiança manifesta-se num sentimento de auto-projectão do próprio sujeito no seu meio social. Resumindo, a confiança compreende dois aspectos: a «expectativa segura», relativamente ao futuro, e a «projectão» do indivíduo no futuro, como afirmação de si mesmo junto dos outros. Estes dois aspectos são fundamentais e constituem a base afectiva necessária à acção humana. Ou seja, a confiança promove a acção humana e social, uma vez que o seu objecto é o futuro.

Por sua vez, quando o sujeito é aceite e reconhecido no âmbito de uma relação, ou de uma estrutura de relações, surge o sentimento de confiança, que lhe possibilitará e encorajará a acções futuras, ideia esta também muito clara em Guiddens (1994). Por outro lado, a rejeição conduz nomeadamente a emoções de vergonha, embaraço e humilhação⁴.

Se a confiança tem o seu objecto no futuro, já o orgulho tem o seu objecto no passado. A confiança é nesta acepção uma emoção que permite à pessoa trazer para o presente um futuro possível (*cf.* Barbalet, *op. cit.*). Esta emoção ao permitir transpor para o presente um futuro possível permite aos sujeitos terem a sensação de certeza no que concerne ao incognoscível, à imprevisibilidade, sendo assim possível viabilizar a acção no presente. Desta forma, toda a acção acaba por funcionar em termos daquilo que ainda não ocorreu, no momento em que a acção é empreendida. Como o futuro é incognoscível, e é impossível operar a vida por processos de predição, torna-se de todo impraticável aos actores sociais agirem com base em informações fiáveis. Assim, os procedimentos e as conjecturas baseados na razão acabam por dar lugar à emoção, como origem da acção humana e social. De acordo com Robison (*cit.* por Barbalet, 2001: 132-133), a perspectiva temporal é fundamental para a confiança no que se refere aos comportamentos sociais. É que, «todas as acções humanas ocorrem no tempo, baseando-se num passado que não pode ser modificado e emprestando um futuro que não pode ser conhecido», refere o autor.

Onde se situa então o medo social neste quadro de conceitos e de raciocínios? De Rivera (*Id.*) apresenta um conjunto de emoções direccionadas ou não para o outro da relação, independentemente de serem positivas ou negativas. Assim, o amor, o desejo, a raiva e o medo envolvem transformações emocionais que implicam o outro da relação. Ao contrário, a depressão, a ansiedade, a confiança e a segurança envolvem transformações emocionais que implicam o *eu* como objecto.

Segundo Kemper (*cit.* por Barbalet, 2001: 133-134), a segurança, a depressão, a ansiedade e a confiança são «emoções antecipatórias», que funcionam em termos de «orientação para o futuro», seja a orientação positiva ou negativa. Desta forma, toda e qualquer acção tem sempre como fun-

⁴ É curioso verificar que este raciocínio se identifica com a definição da «Segunda Idade»: «Autonomia *versus* Vergonha», proposta por Erikson in Fernando Nogueira Dias (2002: 20), *Sociologia da Toxicodependência*, Lisboa, Instituto Piaget, a qual nos diz que «Um sentimento de autodomínio sem perda de amor-próprio é a fonte ontogénica de um sentimento de ‘livre arbítrio’. De um inevitável sentimento de perda de autodomínio e de um super controlo parental resulta uma duradoura propensão para a ‘dúvida’ e a ‘vergonha’».

damento o sentimento de confiança, sendo esta uma fonte necessária e imprescindível para a acção do actor social. Sem a confiança não seria possível viver em sociedade. Se para o autor a depressão corresponde a um «remorso mórbido» quanto a acontecimentos passados, já a ansiedade se reporta a uma «antecipação receosa de acontecimentos futuros». Enquanto a segurança é um sentimento de conforto e de bem-estar relativa ao presente, a confiança apresenta-se como um sentimento de segurança quanto ao futuro, afirma o autor.

Medo e segurança ontológica

Do pensamento dos diferentes autores, é agora possível dizer que o medo social se encontra em estreita relação com o desconforto oriundo da insegurança ontológica. A insegurança advém, por sua vez, de uma falta de confiança básica, não nesta ou naquela pessoa, mas na estrutura de relações. À semelhança da insegurança sentida pela criança quando não existe estabilidade nas relações com os seus educadores, também os indivíduos adultos experimentam sentimentos de insegurança ontológica no seio da estrutura de relações.

A segurança ontológica é, de acordo com Guiddens (1994), o contrário dos estados de ansiedade, que emergem devido aos hábitos e às rotinas serem postos em causa. Quando o desconhecimento *do que vem aí* impera na estrutura de relações os indivíduos sentem angústia pela insegurança instalada. A confiança básica constitui, pois, neste processo uma espécie de barreira protectora à insegurança existencial.

Qual, então, o papel do medo social na acção humana? Atentemos primeiramente nos diferentes significados do medo para, de seguida, nos debruçarmos sobre as características do medo social.

Diferentes perspectivas de medo social

O medo visto como uma emoção incapacitante é uma visão convencional. O medo é nesta perspectiva algo que condiciona a acção dos indivíduos, inibindo-a, por isso, e evitando que se gere por consequência mudanças nos processos sociais e humanos (*cf.* Barbalet, 2001 : 217-227)⁵. Neste sentido, o medo é uma reacção ao perigo. Temos aqui uma questão de causa e reacção ao medo, como temos uma questão de causa e objecto do medo. Quanto à natureza do medo temos de relacioná-lo não só com o que é temido como também com quem teme.

No caso do medo social, este tanto pode atingir os fracos como os poderosos, e tanto pode paralisar como conter ou levar à acção. Trata-se de um medo plasmado não somente no indivíduo

⁵ Neste trabalho, o autor não se limita a apresentar a sua própria perspectiva de medo social enquanto emoção centrada na estrutura de relações sociais, mas dá-nos igualmente uma imagem das diferentes abordagens à mesma problemática, mesmo quando elas contrariam radicalmente a sua opinião, como é o caso do *medo enquanto emoção incapacitante*.

como, e acima de tudo, na estrutura interaccional. Ou seja: o medo que se projecta dos sistemas sociais para cada um dos indivíduos e dos indivíduos para os sistemas sociais.

Não só os indefesos, como também as elites, têm medo. Estas podem partir do princípio de que se sentem ameaçadas e ficarem por isso receosas de que lhes tirem o poder. Nesta perspectiva, um défice de poder conduz ao medo. Mas o sentimento de défice de poder nas elites pode originar, em vez da paralisação, a contenção da sua acção, e assim esta, por sua vez, pode conduzir à mudança, pela inovação e melhorias introduzidas num sistema de organização humana.

Pode também dizer-se que, ligado ao conceito de medo emerge o conceito de esperança, pois o primeiro implica o segundo, e vice-versa, tal como a negatividade de uma situação implica a possibilidade de que algo de positivo venha a acontecer. Da mesma forma, a vulnerabilidade de uma situação pode constituir razão suficiente para os indivíduos agirem na direcção da mudança. Por conseguinte, a mudança será também consequência do medo.

Outra perspectiva é a de encararmos o medo como causa da fuga ou como causa da luta. Nesta acepção, o sujeito do medo não é paralisado, não se contém nem *age para a frente*; foge da fonte do medo para não o encarar ou sentir, ou então enfrenta o sentimento de medo e luta para o contrariar. Mas nem sempre se pode fugir à fonte do medo. Com frequência, os indivíduos sentem-se esmagados pela força dos contextos de medo, julgando-se simultaneamente impotentes para agir, seja em que direcção for; e esta é, porventura, a forma de medo mais complexa na estrutura de relações.

Uma outra forma de ver o medo é considerá-lo como a discrepância sentida pelos indivíduos entre, por um lado, os padrões relacionais experimentados no presente e, por outro, os padrões resultantes das experiências passadas. A diferença entre eles conduz a estados de ansiedade e de medo generalizado, em virtude das expectativas baseadas em rotinas serem agora postas em causa.

Nos seres humanos, o medo é essencialmente social, relacional e não físico. O homem tem medo não propriamente do escuro, mas do que lhe poderá acontecer no escuro (Barbalet, *op. cit.*: 228-232. Deste ponto de vista, os indivíduos não têm medo porque visualizam ou porque têm conhecimento concreto das fontes do medo, mas porque supõem alguma coisa, porque um conjunto de indicadores, apreendidos mais ou menos inconscientemente, lhes induz um desconforto oriundo da insegurança existencial.

Para uma definição sociológica de medo

O medo social, tal como a ansiedade, é uma emoção sem objecto definido, difuso no indivíduo e no sistema interaccional, proveniente de estados de desconforto, oriundos da insegurança ontológica. Por sua vez, a insegurança existencial resulta da falta de confiança básica na estrutura

de relações em que os indivíduos se inserem, devido aos diferentes indicadores que mais ou menos inconscientemente são apreendidos pelos indivíduos nos processos interaccionais.

Sendo o medo uma emoção por definição social, ela é sentida como algo não localizado no indivíduo; apesar de sentida por ele, esta emoção tem a sua origem primordial e o seu *locus* no tecido social, o que pressupõe que diferentes indivíduos experienciam essa mesma emoção de forma peculiar e ao mesmo tempo semelhante.

Ma o medo não é uma emoção que circule de forma errante pelo tecido social; ela é delimitada por factores contextuais, de ordem social, cultural, política e geográfica, mais ou menos evidentes ou percebidos.

O medo social está, de certa forma, liberto das amarras cronológicas, pois, independentemente das causas e das consequências, do passado ou do futuro, esta emoção instala-se *no aqui e agora* dos fundamentos existenciais do homem.

Independentemente da origem das causas e da sua intensidade na forma como são sentidas, o medo social trespassa o indivíduo na sua dimensão experiencial, pelo que a sua centralidade reside no *aqui e agora* da sua fenomenologia.

Colectivamente partilhado, o medo social é singularmente vivido, pois cada indivíduo projecta-se nesta emoção e por ela se deixa projectar, de acordo com a sua própria história de vida e posição na estrutura de relações sociais.

Para o medo social não são relevantes as razões lógicas ou o conhecimento pormenorizado dos factores que estão na base do medo. Esta emoção é experienciada, sentida e vivida, de forma as mais das vezes pouco consciente pelos indivíduos no presente, e por isso é um presente alargado sem ligações determinísticas ao passado ou ao futuro, embora passado e futuro não estejam completamente arredados desta emoção.

O medo social é uma emoção de intensidade variável, mas presente num estado latente, sempre pronta a lembrar-nos de que algo nos transcende, nos incomoda e nos deixa apreensivos, mesmo sem que objectivamente saibamos porquê.

O medo social é uma emoção vivida no decurso temporal com regularidade. Não se trata de algo que surge pontualmente, de forma precisa e incisiva; é um sentimento subterrâneo, alimentado por razões que a maioria das vezes a razão desconhece.

O medo social, independentemente da forma como se expressa, é explicado pela estrutura de relações sociais, nas quais os indivíduos estão de forma mais ou menos implicados pela vontade ou pela necessidade.

O medo social, independentemente da forma como se manifesta, radica num estado emocional de cariz profundo, difuso e latente, cuja definição para o actor social nem sempre lhe é acessível devido à ausência de contornos claros e precisos deste tipo de emoção.

O medo social constitui-se como uma *predisposição*, que pode despoletar nos sujeitos, individualmente ou em formas colectivas, direcções diferentes para a acção, dependendo estas das características individuais e da história de vida de cada sujeito, como também da estrutura de relações à qual os indivíduos pertencem, dos factores culturais, sociais, económicos e políticos, internos e externos ao sistema social em questão. O fundamental é perspectivar a estrutura de relações como uma configuração específica, mas sem que por isso seja absolutamente fechada; todo e qualquer fenómeno humano ou sistema social não pode deixar de exercer e simultaneamente sofrer a influência dos factores endógenos e exógenos a si mesmo.

Conclusões

O medo pode ser perspectivado como uma emoção social. Esta emoção é por isso proveniente das estruturas de relações sociais, pelo que não se reduz à experenciação do sujeito como fenómeno único, mas pode ser entendida no quadro da interacção social, no âmbito da qual surge o sentimento, e este, por sua vez, acaba por transformar a própria relação.

A emoção não pode por isso restringir-se à dimensão pessoal do ser humano, uma vez que ela não é propriamente prisioneira da sua interioridade. As emoções necessitam pois de ser compreendidas no seio das relações estruturais de poder e de *status* que as desencadeiam, o que torna a emoção muito mais socioestrutural do que propriamente cultural ou individual.

A análise da emoção é desta forma tão importante nos processos micro como nos macrosociais, e, relativamente aos segundos, podemos relacioná-la com o conceito de classe, pois a emoção, mais do que obedecer a desígnios de pessoalidade e interioridade humana, é algo que está essencialmente preso aos processos sociais, nomeadamente à estrutura de relações.

O medo social reflecte com efeito os estados de insegurança dos indivíduos que se deixaram apanhar pelas suas malhas e este, tal como a ansiedade, é uma emoção sem objecto definido, difuso no indivíduo e no sistema interaccional, proveniente de estados de desconforto, oriundos da insegurança ontológica. Por sua vez, a insegurança existencial resulta da falta de confiança básica na estrutura de relações em que os indivíduos se inserem, devido aos diferentes indicadores que de forma mais ou menos inconsciente são apreendidos pelos indivíduos nos processos interaccionais.

Bibliografia

- BARBALET, J.M. (2001), *Emoção, Teoria Social e Estrutura Social*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DIAS, Fernando Nogueira (2001), *Sistemas de Comunicação, de Cultura e de Conhecimento, Um Olhar Sociológico*, Lisboa, Instituto Piaget.

- DIAS, Fernando Nogueira (2002), *Sociologia da Toxicodependência*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DIAS, Fernando Nogueira Dias (2004), *Relações Grupais e Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Instituto Piaget.
- DIAS, Fernando Nogueira (2005), *A Manipulação do Conhecimento*, Lisboa, Vega.
- GIL, José (2004), *Portugal Hoje – O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d' Água.
- GUIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- NEWMAN, Paul (2004), *História do Terror, O Medo e a Angústia Através dos Tempos*, Lisboa, Edições Século XXI.
- SCHEFF, Thomas J. (2005), *Três Pioneiros na Sociologia das Emoções*, retirado da <http://www.cchla.ufpb.br.ppgs/politica/17-sccheff.html>, em 12 de Dezembro de 2004.
- SINCLAIR, Andrew (2005), *Anatomia do Terror: Uma História do Terrorismo*, Lisboa, Temas e Debates.
- TURNER, Jonathan H. (2003), *Origens das Emoções*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WATZLAWICK, Paul *et al.* (1993), *A Pragmática da Comunicação Humana*, São Paulo, Editora Cultrix.